DECISÃO DA COMISSÃO

de 18 de Dezembro de 1991

relativa ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nos cantões de Esch-sur-Alzette e de Capellen elegíveis, a título do objectivo 2, no Grão-Ducado do Luxemburgo

(Apenas faz fé o texto em língua francesa)

(93/297/CEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes [1], e, nomeadamente, o nº 9 do seu artigo 9º,

Considerando que, ao abrigo do nº 9 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 2052/88, a Comissão, com base nos planos de reconversão regional e social apresentados pelos Estados-membros, no âmbito da parceria e em concertação com o Estado-membro em causa, estabelece quadros comunitários de apoio para as intervenções estruturais comunitárias;

Considerando que, ao abrigo do segundo parágrafo dessa disposição, o quadro comunitário de apoio inclui, nomeadamente, os eixos prioritários, as formas de intervenção, o plano indicativo de financiamento no qual se especifica o montante das intervenções e respectivas fontes de financiamento, assim como a duração dessas intervenções;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 4253/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988, que estabelece as disposições de aplicação do Regulamento (CEE) nº 2052/88 no que respeita à coordenação entre as intervenções dos diferentes fundos estruturais, por um lado, e entre estas e as do Banco Europeu de Investimento e dos outros instrumentos financeiros existentes, por outro [2], especifica, no título III, nos artigos 8º e seguintes, as condições de elaboração e de execução dos quadros comunitários de apoio;

Considerando que a Comissão adoptou, pela Decisão 89/288/CEE [3], uma primeira lista das regiões elegíveis para o objectivo 2;

Considerando que essa lista foi completada pela Decisão 90/400/CEE da Comissão [4], de modo a ter em conta a decisão, de 17 de Dezembro de 1989, relativa à iniciativa comunitária *Rechar* [5];

Considerando que a Comissão decidiu, em 30 de Abril de 1991, manter a lista assim completada para os anos de 1992 e 1993;

Considerando que o Governo luxemburgûes apresentou à Comissão, em 1 de Agosto de 1989, o plano referido no nº 8 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 2052/88, relativo aos cantões de Esch-sur-Alzette e de Capellen, elegíveis para o objectivo 2 no Grão-Ducado do Luxemburgo;

Considerando que a Comissão, em conformidade com o disposto no nº 9 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 2052/88, decidiu, em 20 de Dezembro de 1989, o quadro comunitário de apoio para os cantões de Esch-sur-Alzette e de Capellen, no Grão-Ducado do Luxemburgo, para o período 1989/1991;

Considerando que o Governo luxemburguês apresentou à Comissão, em 29 de Novembro de 1991, uma versão revista do plano apresentado em 1 de Agosto de 1989;

Considerando que o plano revisto, relativo ao período 1991/1993, apresentado pelo Estado-membro, comporta a descrição dos eixos principais escolhidos, bem como indicações sobre as contribuições do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) e do Fundo Social Europeu (FSE), previstas na realização do plano;

Considerando que o quadro comunitário de apoio foi estabelecido em concertação com o Estado-membro em causa, no âmbito da parceria tal como definida no artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 2052/88;

Considerando que o Banco Europeu de Investimento (BEI) foi igualmente associado à elaboração do quadro comunitário de apoio, em conformidade com o disposto no artigo 8º do Regulamento (CEE) nº 4253/88, e que se declarou na disposição de contribuir para a realização desse quadro com base nos montantes globais estimados de empréstimos indicados na presente decisão e em conformidade com as disposições estatuárias que o regem;

Considerando que a Comissão está disposta a examinar a possibilidade de uma contribuição, para o financiamento desse quadro, dos outros instrumentos comunitários de empréstimo em conformidade com as disposições específicas que os regem;

Considerando que a presente decisão está em conformidade com o parecer do Comité para o desenvolvimento e a reconversão das regiões e do Comité do Fundo Social Europeu;

---

[1] JO nº L 185 de 15. 7. 1988, p. 9.
[2] JO nº L 374 de 31. 12. 1988, p. 1.
[3] JO nº L 112 de 25. 4. 1989, p. 19.
[4] JO nº L 206 de 4. 8. 1990, p. 26.
[5] JO nº C 20 de 27. 1. 1990, p. 3.

Considerando que, nos termos do nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 4253/88, a presente decisão é enviada enquanto declaração de intenções ao Estado-membro;

Considerando que, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 20º do Regulamento (CEE) nº 4253/88, as autorizações orçamentais relativas à contribuição dos fundos estruturais para o financiamento das intervenções cobertas pelo quadro comunitário de apoio resultarão das decisões ulteriores da Comissão que aprovem as acções em causa,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1º

É aprovado o quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nos cantões de Esch-sur-Alzette e de Capellen, no Grão-Ducado do Luxemburgo, elegíveis a título do objectivo 2, para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1993.

A Comissão declara a sua intenção de contribuir para a realização do presente quadro comunitário de apoio seguindo as disposições pormenorizadas nele incluídas e em conformidade com as regras e orientações dos fundos estruturais e os outros instrumentos financeiros existentes.

Artigo 2º

O quadro comunitário de apoio contém os seguintes elementos essenciais:

a) Eixos prioritários escolhidos para a acção conjunta:
   — melhoramento das condições de desenvolvimento das pequenas e médias empresas,
   — reabilitação dos sítios industriais,
   — ambiente,
   — formação;

b) Um resumo das formas de intervenção a pôr em prática, principalmente programas operacionais;

c) Um plano financeiro indicativo a preços constantes de 1992, especificando o custo total dos eixos prioritários seleccionados para a acção conjunta da Comunidade e do Estado-membro em causa, ou seja, 85,53 milhões de ecus para o conjunto do período, bem como os montantes financeiros globais previstos a título das contribuições orçamentais da Comunidade, repartidos do seguintes modo:

Feder:	17,08 milhões de ecus
FSE:	0,43 milhões de ecus
Total dos fundos estruturais:	17,51 milhões de ecus

A necessidade de financiamento nacional daí resultante, ou seja, cerca de 27,20 milhões de ecus para o sector público e 40,83 milhões de ecus para o sector privado, pode ser parcialmente coberta pelo recurso aos empréstimos comunitários provenientes do Banco Europeu de Investimento e dos outros instrumentos de empréstimo.

Artigo 3º

O Grão-Ducado do Luxemburgo é o destinatário da presente declaração de intenções.

Feito em Bruxelas, em 18 de Dezembro de 1991.

Pela Comissão
Bruce MILLAN
Membro da Comissão